



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 95 , DE 29 DE OUTUBRO DE 2021

Institui o Programa de Desenvolvimento Econômico "Prospera Carlos Barbosa".

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Art. 1º Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Econômico do Município, denominado "Prospera Carlos Barbosa", nos termos constantes nesta Lei, bem como de sua regulamentação a ser efetuada por meio de Decreto, no que couber.

Art. 2º O Programa destina-se a iniciativas tanto do poder público municipal quanto da iniciativa privada, que tenham por objetivo o desenvolvimento econômico do Município e que se revistam de instrumentos de legalidade.

CAPÍTULO II

DOS INCENTIVOS, AÇÕES E PROJETOS

Art. 3º Integram o Programa de Desenvolvimento Econômico do Município as seguintes ações e projetos:

I - as iniciativas e projetos constantes de leis municipais que disponham sobre subvenções econômicas à iniciativa privada, nos setores da indústria, comércio, serviços e agricultura;

II - convênios que vierem a ser celebrados com o Estado e/ou a União que tenham por meta o fomento econômico do município;

III - as medidas legais constantes das leis municipais que versam sobre o tratamento diferenciado para participação de licitações e da liberdade econômica, respectivamente;

IV - o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurados às microempresas, empresas de pequeno porte, ao microempreendedor individual e autônomo.

Parágrafo único. O Programa de Desenvolvimento Econômico compreenderá também a adoção de ações e medidas permanentes voltadas à implantação de áreas de geração de empregos, incentivo à geração de *startups*, centrais logísticas e parque tecnológico no município.



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I
Da Política de Incentivos Econômicos ao Microempreendedor Individual

Art. 4º A política de incentivos econômicos ao microempreendedor individual consiste na concessão de subvenção econômica do valor correspondente aos juros remuneratórios devidos e pagos, das operações de crédito a serem por essas contratadas, junto a instituições financeiras, devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 5º A concessão do subsídio de que trata o art. 4º observará as seguintes condições, requisitos e limites:

I - previsão de dotação orçamentária anual do Município em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para os anos de 2022, 2023 e 2024;

II - a limitação de juros mensais de 0,8% (zero vírgula oito por cento), mais o valor da CDI (Certificado de Depósito Interbancário);

III - estar o microempreendedor devidamente e legalmente constituído na forma da lei, com sede no município de Carlos Barbosa, pelo período mínimo de 6 (seis) meses;

IV - não ter dívidas fiscais junto ao Município de Carlos Barbosa;

V - ter seu pedido de concessão do subsídio devidamente aprovado pelo Comitê de Avaliação a ser constituída por meio de portaria;

VI - subsídio integral dos juros bancários para financiamentos contratados pelo valor máximo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

VII - limite de prazo máximo para a concessão do subsídio dos juros bancários, até a parcela vincenda em dezembro de 2024, contando uma carência de 3 (três) meses;

VIII - proibição de concessão do subsídio aos servidores municipais ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas.

§ 1º O pedido de inscrição ao subsídio dos juros bancários será efetuado junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Turístico, Indústria e Comércio e será avaliado por um Comitê Especial a ser designado pelo Prefeito.

§ 2º O Comitê Especial de que trata o § 1º será formado pelos Secretários Municipais da Administração e do Desenvolvimento Turístico, Indústria e Comércio, um Contador do Município, um Assessor da Secretaria da Fazenda e um Assessor da Secretaria de Desenvolvimento Turístico, Indústria e Comércio, os quais serão nomeados por portaria.



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

§ 3º Caberá ao Comitê Especial, na avaliação do pedido do subsídio, a observação do cumprimento, por parte do requerente, dos requisitos constantes nos inc. III, IV e VI do *caput* deste artigo e do § 6º deste artigo, além da observância das informações que deverão constar do formulário de inscrição a ser instituído pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Turístico, Indústria e Comércio.

§ 4º A escolha da instituição financeira ficará ao encargo do microempreendedor interessado, desde que observados os limites e condições constantes no inc. II do *caput* deste artigo.

§ 5º O valor dos juros remuneratórios decorrentes do financiamento serão ressarcidos ao tomador do empréstimo bancário, dentro do prazo de 7 (sete) dias a partir da data em que a instituição financeira comunicar ao Município o valor dos juros pagos a essa pelo mutuário.

§ 6º Se o interessado no subsídio tiver dívidas tributárias ou não tributárias perante o Município de Carlos Barbosa, a concessão do subsídio ficará vinculada ao pagamento da dívida com os recursos do financiamento, ou parte deste.

§ 7º A concessão do subsídio de juros observará o critério cronológico de requerimentos protocolados junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Turístico, Indústria e Comércio, que os atenderá até o limite da disponibilidade financeira anual de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 8º Fica proibido ao mutuário a obtenção de mais de um financiamento, exceto se a partir de 2023 houver disponibilidade de saldo do valor disposto no inc. I do *caput* deste artigo, esgotadas as preferências aos primeiros mutuários, mantidas as demais limitações desta Lei.

§ 9º O pagamento dos juros será pela modalidade de ressarcimento à instituição financeira, não gerando expectativa ou obrigação de pagamento da parcela do financiamento por parte do Município.

Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Turístico, Indústria e Comércio:

I - regulamentar os procedimentos administrativos sobre subsídios de que trata o art. 5º desta Lei;

II - elaborar o formulário de inscrição dos interessados no subsídio dos juros bancários de que trata o art. 5º desta Lei;

III - encaminhar à instituição financeira, escolhida pelo interessado, o formulário de inscrição ao Projeto, com a devida apreciação do Comitê Especial, pela aprovação do cadastramento;

IV - aprovar ou reprová-lo o pedido de subsídio dos juros, de acordo com a recomendação do Comitê Especial de que trata o § 1º do art. 5º;



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

V - adotar medidas administrativas, logísticas e de prospecção de projetos e investimentos econômicos do Município de que trata o art. 3º.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas na Lei Orçamentária Anual para 2022.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Carlos Barbosa, 29 de outubro de 2021.

Everson Kirch,
Prefeito do Município de Carlos Barbosa, RS.



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 95 , DE 29 DE OUTUBRO DE 2021

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Encaminhamos aos nobres Edis projeto de lei que institui o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico “Prospera Carlos Barbosa”, conforme justificamos:

O Programa PROSPERA CARLOS BARBOSA, destina-se a promover o desenvolvimento econômico do Município, auxiliando todos os setores da indústria, comércio, serviços e agricultura.

Consiste na concessão de subvenções econômicas junto a instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, sendo aplicados em despesas de custeio como: capital de giro, pagamentos de aluguéis, pagamento de fornecedores, compra de matéria prima e maquinários. O programa de desenvolvimento econômico será unicamente liberado para o Micro Empreendedor Individual (MEI), autorizando a liberação de valores em crédito, pagos em parcelas definidas pelo Município, e os juros serão custeados pelo poder público municipal.

Condições:

- O solicitante deverá ser proprietário da mesma e estar legalmente estabelecido em Carlos Barbosa a pelo menos 6 (seis) meses.
- Não pode possuir dívidas Federais e Estaduais.
- Em caso de dívidas municipais, poderá ser avaliado pela Instituição Financeira/Comitê de Avaliação, e em caso de liberação, já deverá ser descontado o débito com o Município.
- O solicitante não poderá ser servidor municipal ocupando funções e cargos de comissão e/ou gratificadas.

Outras condições e valores envolvidos:

- Previsão de dotação orçamentária anual do Município em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para os anos de 2022, 2023 e 2024.
- A limitação de juros mensais de 0,8% (zero vírgula oito por cento), mais o indexador de variação da CDI (Certificado de Depósito Interbancário).



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- O valor do subsídio somente será liberado após avaliação do Comitê de Avaliação, constituído por meio de portaria.
- Subsídio integral dos juros bancários contratados pelo valor máximo de R\$ 7.000.00 (sete mil reais) por empreendedor.
- Limite máximo de prazo para pagamento da última parcela: dezembro de 2024.
- A escolha da instituição financeira ficará a critério do solicitante, mas a taxa de juros não poderá ser maior que a já contratada, ou seja, 0,8% (zero vírgula oito por cento). Caso isso ocorra, o valor excedente ficará a critério do solicitante.
- Fica proibido ao solicitante a contratação de mais de um financiamento, exceto quando o mesmo estiver com 70% (setenta por cento) do financiamento atual quitado e obedecendo a data final da última parcela em dezembro de 2024.

Da parte administrativa:

- Elaborar o formulário de inscrição dos interessados.
- Encaminhar para as instituições financeiras, escolhidas pelo solicitante, o formulário de inscrição devidamente autorizado pelo Comitê Avaliativo para aprovação de cadastro.
- Adotar medidas administrativas, de logística e de prospecção, tanto quanto aprovar ou reprovar o subsídio antes de enviar para as instituições financeiras.
- A concessão do subsídio de juros, observará o critério cronológico de requerimentos protocolados junto a Secretaria de Desenvolvimento Turístico, Indústria e Comércio, que atenderá até o limite da disponibilidade financeira anual de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Assim, entendendo estar plenamente justificado o projeto e tratando-se de matéria relevante para o Município, pede-se a aprovação do presente em regime de urgência.

Carlos Barbosa, 29 de outubro de 2021.

Everson Kirch,
Prefeito do Município de Carlos Barbosa, RS.